

Gestão

E D U C A C I O N A L

GESTOR ESCOLAR

Profissional deve saber liderar e cultivar relacionamentos

ENTREVISTA

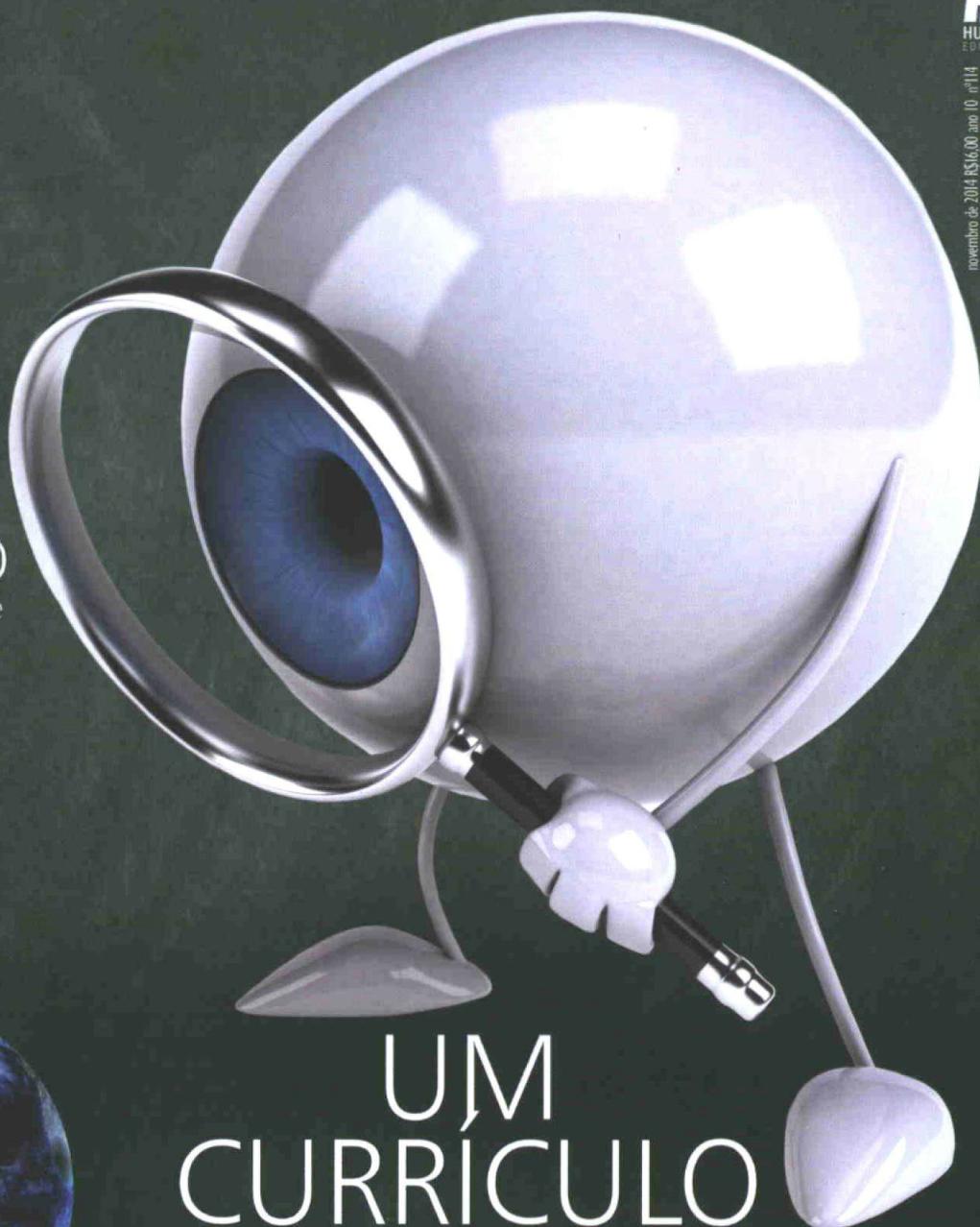
Anthony McNamara:
"O mais importante é entender as maneiras mais eficazes de aprender"

NEGÓCIO EDUCAÇÃO

Bullying: a escola pode ser responsabilizada?

ENSINO PÚBLICO

Escolas superam desafios e conquistam excelência

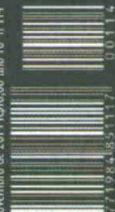


UM CURRÍCULO PARA TODOS

Brasil trabalha para formular um currículo básico nacional. Saiba como isso pode melhorar a educação e conheça os modelos curriculares pelo mundo

HE
HUMANA
EDITORIAL

novembro de 2014 R\$16,00 ano 10 nº114



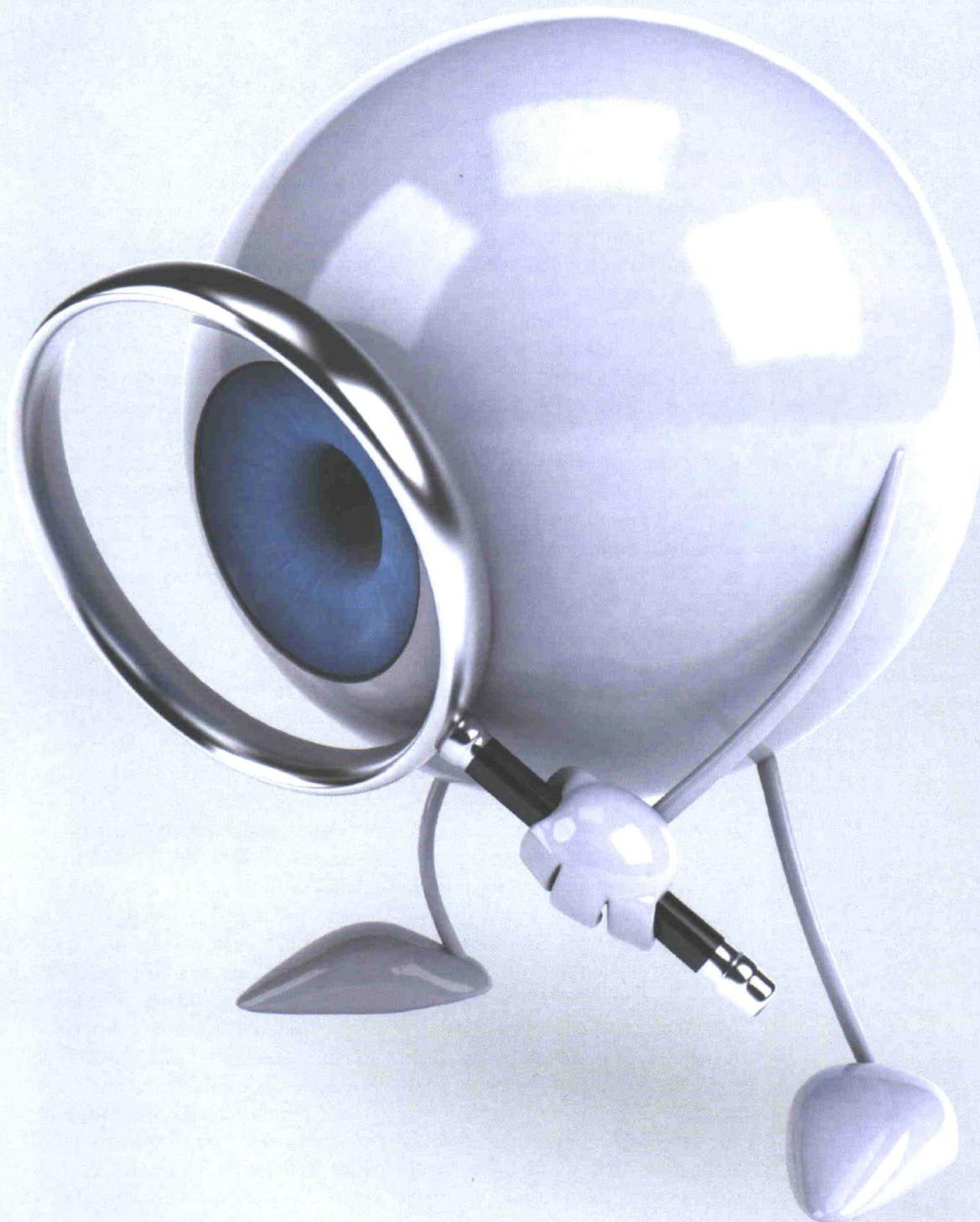
9 779848 531177 00114

BASE CURRICULAR E SUCESSO EDUCACIONAL

Como e por que a instituição de um currículo básico nacional pode garantir a melhoria da Educação no país em todas as etapas de ensino

200 milhões de habitantes, cerca de 6 mil municípios, 26 estados (mais o Distrito Federal) e nenhuma garantia de que os alunos de mesma idade que frequentam os mesmos anos escolares em lugares diferentes aprendam conteúdos iguais nas escolas públicas do país. Essa é a realidade em que vive o país hoje. Depois de muito tempo sem uma definição

clara do que e de quando se deve ensinar aos alunos, o assunto será debatido em âmbito nacional. No fim do mês de agosto, o Ministério da Educação (MEC) começou uma consulta aos estados e aos municípios sobre os documentos e as normas curriculares produzidos pelos sistemas de educação a partir de 2010, ano em que foram publicadas novas diretrizes nacionais.



O objetivo do órgão é produzir um estudo que subsidie as discussões em torno de um assunto bastante urgente para a melhora da educação brasileira: a base nacional comum curricular. “Falar em currículo implica discutir duas dimensões: a prescrita, que explicita as intenções, e os conteúdos de formação, constituídos por relações entre os sujeitos envolvidos no ambien-

te escolar”, explica José Fernandes de Lima, conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Atualmente, é responsabilidade dos municípios e dos estados elaborar o currículo. O país conta com mais de 5 mil redes, por isso existem milhares de currículos diferentes em cada região, e não há nenhuma garantia de que os alu-

nos da rede pública aprendam os mesmos conteúdos nas diferentes partes do Brasil.

O grupo de trabalho responsável pela elaboração do documento *Direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos da educação básica* já começou a trabalhar. O objetivo é cumprir o que determina a Lei n. 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE)

2014-2024 e exige do MEC que o documento seja encaminhado ao CNE no prazo máximo de dois

AVALIAÇÕES X CURRÍCULO

Em setembro, o Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2013. O levantamento apontou piora no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental. As metas só foram atingidas nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) das escolas públicas.

Entre os problemas da educação brasileira que levam a resultados preocupantes como os do Ideb, está justamente a falta de um currículo básico nacional para orientar as escolas sobre o que os alunos devem aprender em cada etapa de ensino. “Um dos nossos principais problemas é que as avaliações sempre foram colocadas à frente do currículo. Com isso, usamos as matrizes da Prova Brasil como balizadoras do currículo”, afirma Paula Louzano, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). “Ao avaliar os alunos sem que exista base curricular, os professores e os gestores só descobrem o que é o currículo depois da avaliação. Não é justo nem com eles, nem com os alunos, tampouco eficaz”, adverte a especialista.

anos. De acordo com a legislação, a sociedade deve ser ouvida, mediante consulta pública, durante o seu processo de elaboração.

A lei do PNE determina que a base nacional comum seja elaborada por uma instância de coordenação federativa composta por União, Estados, Distrito Federal e municípios. Dada a complexidade do tema, essa composição é marcadamente insuficiente. O consenso estabelecido entre os atores que participam do debate é que o MEC tem a responsabilidade e a legitimidade de convocar e articular esse processo deliberativo, que deve ser plural. Esse é o principal desafio e ele não é pequeno. “Trata-se de uma questão de justiça com os profissionais da Educação a construção de uma base nacional comum, aprovada com base em uma discussão ampla, sendo, assim, um documento concensuado” diz Paula Louzano, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Política Educacional pela Universidade Harvard.

O currículo orienta a organização do processo educacional e se relaciona com os esforços pedagógicos desdobrados nas unidades de ensino. Esse processo é intencional e se fundamenta em pressupostos e finalidades. Ao determiná-los, considera-se uma visão social que orienta a reflexão e as decisões tomadas. “Hoje, no Brasil, não há nada além das diretrizes curriculares, mas elas não entram no mérito do que se ensina. Temos muito pouco se compararmos o currículo brasileiro ao de outros países do globo”, diz Paula.

Também estão sendo realizadas pela diretoria de currículos e educação integral da Secretaria de Educação Básica (SEB) reuniões com especialistas de universidades e professores da educação básica das diferentes áreas do co-

nhecimento, para auxiliar no debate nacional sobre a base nacional curricular. “Isso significa afastar-se das prescrições de assuntos a serem cobrados e adotar uma postura de identificação das habilidades que os próprios estudantes entendam como necessárias à inserção no mundo do trabalho, ao exercício da cidadania e ao crescimento pessoal”, afirma Fernandes de Lima. “Nesse sentido, mais que definir parâmetros avaliativos, é preciso estabelecer condições e garantias para que os alunos obtenham sucesso em suas pretensões”.

DIRETRIZES ATUAIS

De acordo com o CNE, o Brasil segue um modelo que aposta fortemente na autonomia das escolas e, por isso, é pouco detalhado. As principais orientações são encontradas no artigo 210 da Constituição e na Lei n. 9.394/1996 (LDBEN), que define as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo o artigo 26 da LDBEN, os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e nos estabelecimentos escolares, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

O parágrafo primeiro do mesmo artigo reforça que os currículos devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O modelo brasileiro deixa sob responsabilidade das escolas e dos sistemas de ensino o detalhamento dos assuntos e da forma como ensinar. “O fato de o Brasil ser um país federativo, além de enorme, dificulta um pouco o processo

de integração das escolas e de elaboração das bases curriculares”, afirma Paula. “Porém, pela primeira vez, colocaremos o que é mais importante no lugar central da política pública. É um avanço”, completa.

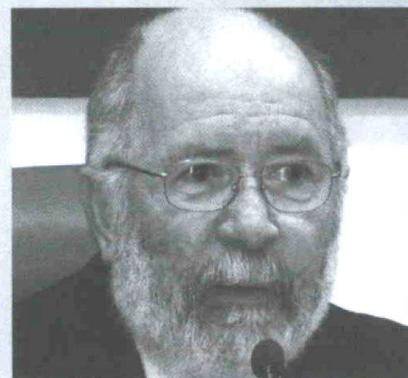
O CNE estuda a implantação de diretrizes que desenvolvam as competências socioemocionais na educação básica. Essas competências, também chamadas de não cognitivas, estão relacionadas a características como capacidade de resolver desafios, inovar, trabalhar em equipe, liderar, entre outras habilidades. “Temos de pensar um currículo que seja ideal ou que tenha um nível de alinhamento com o que se entende por educação”, diz Paula. “Sabemos que talvez os professores tenham dificuldades em implantar o currículo, porém o documento não pode ser lançado de forma isolada, mas sim com uma base de apoio, com sugestões de atividades e investimento em formação continuada dos profissionais de Educação”.

Partindo da base nacional comum, é preciso explicitar os interesses e os conhecimentos a serem tratados no processo educacional e dialogar com as escolas e os sistemas de ensino. Desenhar um currículo pressupõe o domínio tanto das áreas do conhecimento quanto das melhores formas de se ensinar cada ponto, além dos pressupos-

tos da progressão do conhecimento e da especificação do que o aluno precisa aprender. “Os currículos são as formas que esse conhecimento especializado assume nas escolas e definem o tipo de educação que as pessoas têm”, afirmou Michael Young, professor emérito do Instituto de Educação da Universidade de Londres, em visita ao Seminário Currículo, Escola e Sociedade do Conhecimento, realizado na Universidade de São Paulo no ano passado. “É importante que seja nacional porque, se [o aluno] mudar de escola, de casa, de estado, continua com o mesmo currículo”.

Nos países desenvolvidos ou nas democracias industrializadas, como Canadá, Reino Unido, Austrália, Portugal e Finlândia, que reformaram seus currículos recentemente, são garantidos às escolas recursos materiais e humanos de alta qualidade. Há uma infinidade de currículos no mundo. Em geral, nos países que dão autonomia aos professores, o currículo comum explicita somente o que se ensina, e não como se ensina. Com algumas exceções, não há obrigatoriedade na forma como se ensina. “Quando se fala em base curricular, o mais importante é pensar em alguns aspectos: ela promove a promoção conceitual do aprendiz? Define claramente o conjunto de conceitos e

como o aluno passa de um estágio a outro? Esse é o único jeito de sabermos se o aluno está progredindo” afirma Young.



Fotos: Divulgação

José Fernandes de Lima, conselheiro do CNE: “Mais que definir parâmetros avaliativos, é preciso estabelecer condições e garantias para que os estudantes obtenham sucesso”



Paula Louzano, professora da Faculdade de Educação da USP: “Trata-se de uma questão de justiça com os profissionais da Educação a construção de uma base nacional comum”

FORMAÇÃO PARA O USO DO NOVO CURRÍCULO

Há uma tradição nas escolas públicas brasileiras de produzir documentos muito acadêmicos, difíceis de serem usados, que acabam sendo produzidos e guardados sem que haja reflexão sobre eles. Nem todas as escolas revisam o projeto político-pedagógico (PPP) anualmente e estabelecem políticas anuais de metas, por exemplo. “Por esse motivo, os professores nem sempre olham os documentos, não faz parte de nossa cultura entender o que de fato está escrito neles”, diz Paula Louzano. “Para que o currículo tenha sentido e seja apropriado pelas escolas, é necessário que se realize um movimento grande de professores, gestores e redes como um todo”, afirma. Para isso, os educadores precisarão contar com materiais (sugestões didáticas, alinhamento com livros) que apoiem a implementação curricular. A primeira formação após a aprovação da base nacional será, portanto, o entendimento do próprio currículo.

OS DIFERENTES CURRÍCULOS AO REDOR DO MUNDO

O que aprender com os países que já instituíram suas bases curriculares

A definição de um currículo não é um desafio enfrentado apenas pelo Brasil. Em todo o mundo, teóricos da pedagogia, pesquisadores, políticos e educadores discutem formas eficientes de delimitar o que os alunos precisam aprender. Duas pesquisas recentes trataram da construção do documento em diferentes países do mundo. Em comum, ambas concluíram que todas as nações estudadas definiram, de alguma forma, o que os alunos precisam aprender. Os estudos foram realizados por Maximilano Moder (*Desenhos curriculares em 16 países – Pesquisa Benchmark Internacional*) e Paula Louzano,

professora da Universidade de São Paulo – USP (*Análise internacional comparada de políticas curriculares*).

A pesquisadora da USP analisou o processo de elaboração dos currículos e documentos curriculares nacionais de vários países, como Austrália, Estados Unidos, Cuba e Finlândia. Entre os principais pontos do estudo, estão a relação entre a autonomia das escolas e a centralização do Estado na decisão curricular e como essas decisões variam de acordo com a organização política do país, o tamanho ou a diversidade cultural. “Os estados desenvolvidos tendem a não especificar o como ensinar, pela questão da autonomia docente ser mais forte. Em

países em desenvolvimento, há um discurso mais geral de que, por conta de uma formação inicial insuficiente dos professores, é preciso dar mais apoio em relação a como ensinar, mas isso não pode ser generalizado, e cada caso deve ser avaliado individualmente”, afirma.

Paula aponta que os currículos pesquisados por ela começam no mesmo ponto em que as orientações curriculares brasileiras terminam. “Isso significa que há muito a avançar, em todos os aspectos. As bases que eu estudei eram fáceis de consultar, de ler, usavam a linguagem do professor, ou seja, eram instrumentos que realmente auxiliam o trabalho deles”, afirma. “O que temos no

OS PAÍSES E SEUS CURRÍCULOS




Austrália – O país tem buscado centralizar nacionalmente a base curricular, de modo a diminuir a importância de estados e municípios na decisão do que ensinar e de como ensinar os conteúdos nas escolas.



Cuba – O currículo é bastante detalhado e definido pelo Ministério da Educação. O documento detalha o que deve ser seguido em cada escola, e os livros didáticos refletem essa organização curricular. Há altas expectativas de aprendizagem para todos os alunos

e grande preocupação de que todos avancem em suas aprendizagens.



Chile – Detentor dos melhores índices educacionais da América do Sul, tem suas decisões centralizadas, porém os professores não são obrigados a segui-las. Os programas educacionais ressaltam a importância de se criar um programa de estado para a educação.



Estados Unidos – Durante a elaboração do currículo nacional, os Estados Unidos precisa-

Brasil hoje são 14 volumes, de 500 páginas cada, bastante distantes do professor”.

AUTONOMIA X CENTRALIZAÇÃO

O grau de detalhamento do currículo varia entre os países. Enquanto uns se limitam a dizer o que tem de ser ensinado, outros definem a maneira de ensinar e o que deve ser tratado em cada estágio educacional. O formato a ser adotado no Brasil deve ser resultado de um debate que considere a diversidade nacional e envolva as comunidades das escolas. “Todos os países têm currículo nacional ou base curricular comum. Isso não interfere na autonomia dos estados ou municípios e serve de referência à avaliação, à produção de materiais didáticos e à formação de professores”, afirma Paula.

Enquanto a centralização incentiva o foco na equidade do sistema e a capacidade de levar à escola inovações pedagógicas e alinhamento com demais políticas, dar autonomia às instituições escolares permite o foco na competência e no julgamento do professor em atender às necessidades dos alunos e das comunidades locais. Porém, pode haver maior impacto das diferenças nos recursos materiais e humanos disponíveis, conforme o nível das escolas.

Em relação ao processo de formação de uma base comum, a Austrália, país federativo que dá autonomia aos entes federados, guarda algumas particularidades que podem se assemelhar com o que poderá acontecer com o Brasil, como o fato de ter havido resistência de parte da comunidade acadêmica à criação de um currículo nacional e a necessidade de enfrentar os desafios de se contemplar os aspectos regionais de um país rico em diversidade cultural. **G**

Os Brics e a Educação

Em 2013, o Brasil assinou um acordo para a cooperação em educação com os demais países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para melhorar os dados sobre habilidades, elevar os padrões educacionais, criar vínculos mais fortes com o mercado de trabalho e propiciar a grupos desfavorecidos formação e acesso a empregos, preocupações políticas consideradas importantes para os países do grupo. O relatório dedica especial atenção ao desenvolvimento de habilidades, especialmente em formação e educação profissional (FEP), que os cinco países têm identificado como elemento vital para o crescimento mais inclusivo e o desenvolvimento sustentável.

As legislações educacionais dos países diferem de acordo com as histórias da natureza de seu Estado. Por exemplo, a Constituição da África do Sul se concentra em reparar o legado do *apartheid*, enquanto a da China enfatiza o socialismo com características chinesas. Em cada país, as disposições constitucionais são implementadas por meio de um conjunto de leis educacionais e são complementadas pela ratificação das convenções internacionais sobre educação.

Fontes: *Desenhos curriculares em 16 países* – Pesquisa Benchmark Internacional, *Análise internacional comparada de políticas curriculares* e Relatório Brics: *construir a educação para o futuro: prioridades para o desenvolvimento nacional e a cooperação internacional*

ram chegar a um grande consenso entre as unidades federativas, pois no país não existia a tradição de tratar a educação nacionalmente. O documento foi elaborado com base na preparação do aluno para a universidade, ou seja, definiram-se as habilidades que ele precisaria ter na universidade, para, com base nelas, fazer um recorte do que se ensinar a cada etapa de ensino.



Finlândia — O modelo do país concede bastante autonomia às escolas. Documentos nacionais garantem base comum e cada escola ou rede de escolas elabora seu currículo com base nela.



Portugal — O documento é centralizado e garante a especificação do que ensinar por meio da divisão em disciplinas, cada uma com suas metas curriculares. As metas, por sua vez, estão divididas em objetivos. Cada objetivo contém descritores de desempenho dos alunos.



México — No México, o governo central tem um papel muito forte na educação, por isso, o país tem um currículo único e livros didáticos únicos, usados por todas as escolas públicas mexicanas. Todos os professores são funcionários do Estado.

A liberdade de trabalho está na forma como os professores farão uso da bibliografia obrigatória.



Nova Zelândia — Parecida com os modelos americano e finlandês, a base curricular da Nova Zelândia dá bastante autonomia aos professores e está dividida em disciplinas, mas em conjuntos de conhecimentos, que podem ser combinados livremente. Uma escola pode optar por oferecer a disciplina Ética e Matemática, desde que dê conta de cumprir os conteúdos previstos naquele conjunto.

Fonte: *Análise internacional comparada de políticas curriculares*